

Constituinte

ADUBOS TREVÓ GRUPO LUXMA

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Resultado alivia tensão no Palácio, mas governo tentará derrubar emenda

por Elaine Lerner de Brasília
"Estou aliviado." Esta foi a reação do presidente José Sarney quando recebeu a notícia de que a anistia concedida a pequenos e médios empresários sofreu uma redução significativa com a aprovação da emenda do deputado Roberto Freire...

no segundo turno", disse o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que se mostrou inconformado com o resultado antes da aprovação da emenda de Freire.
Embora o ministro Costa Couto, que trabalha por um acordo, esteja otimista com as chances de derrubar a emenda no segundo turno das votações da Constituinte, a assessoria econômica do Palácio do Planalto está pessimista.

Kok diz que se abriu um precedente perigoso

Por Heinar Gonçalves de São Paulo
Para o empresário Einar Kok, diretor das Indústrias Romi, a anistia aos microempresários e pequenos agricultores "é um absurdo que abre um precedente muito perigoso". Kok afirmou que o impacto dessa medida sobre o déficit público e, indiretamente, sobre os níveis inflacionários, será "muito desfavorável, principalmente para os próprios pequenos empresários". Segundo ele, "o que deveria ser feito é uma análise, caso a caso, da situação das pequenas empresas e não uma anistia geral. Estão favorecendo aqueles que aplicaram mal seu dinheiro", disse ele.

Para Bruno Nardini, a dívida dos pequenos e médios empresários "era um problema que precisava ser enfrentado".
"Para Bruno Nardini, a dívida dos pequenos e médios empresários "era um problema que precisava ser enfrentado".
"O governo está oferecendo liquidez a empresários que não a tiveram, que se deslatarem por títulos do próprio governo. É um círculo vicioso, onde o setor público paga duas vezes por um déficit que tem muito de privado."

O texto aprovado

Esta é a íntegra do artigo das disposições transitórias da nova Constituição que trata da anistia das dívidas, aprovado ontem.
E) O texto básico de uma fusão de emendas dos constituintes Humberto Souto, Mansueto de Lavor e Ziza Valadares, com a emenda proposta pelo deputado Roberto Freire:

inicial, acrescido de juros legais e taxas judiciais, vier a ser efetivado no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data da promulgação desta Constituição;
B) Se aplicação dos recursos não contrariar a finalidade do financiamento, cabendo o ônus da prova à instituição credora;
C) Se não for demonstrado pela instituição credora que o mutuário dispõe de meios para o pagamento do seu débito, excluindo desta demonstração o seu estabelecimento, casa de moradia e os instrumentos de trabalho e produção;
D) Se o financiamento inicial não ultrapassar a 5.000 (cinco mil) OTN;

Aprovada a anistia das dívidas

por Ascânio Seleme de Brasília

A anistia da correção monetária sobre os empréstimos contraídos por pequenos empresários e produtores rurais durante o Plano Cruzado foi aprovada ontem na Assembleia Nacional Constituinte por 286 a favor, 163 contra e 22 abstenções. Em segunda votação, duas sérias restrições foram impostas ao texto original graças a uma emenda aditiva do deputado Roberto Freire (PCB-PE).

Com a aprovação da emenda original, as três outras redigidas pelas lideranças foram automaticamente prejudicadas. As propostas aditivas, porém, tinham garantida a sua apreciação pelo plenário. Duas delas foram rejeitadas. Uma limitava o benefício em 50% da correção monetária, outra incluía as entidades filantrópicas no grupo de beneficiários. Só foi aprovada a emenda de Freire, que, ao final da votação, constrangido, recebeu abraços de líderes do "Centrão", como Roberto Fiuzza (PFL-PE) e de banqueiros, como Irapuan Costa Junior (PMDB-GO), e Ronaldo Cezar Coelho (PSDB-RJ).

Medida desagrada empresários

por Jaime Soares de Assis de São Paulo

A concessão da anistia a micro e pequenos empresários urbanos e a mini, pequenos e médios proprietários rurais que contrairam empréstimos durante o Plano Cruzado deverá forçar o governo a emitir volumes maiores de papel-moeda ou elevar a carga tributária para obter recursos.

Falta ainda maior definição do volume de recursos que serão necessários para cobrir os valores das dívidas anistiadas, comentou Celso Hahne, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) e das indústrias Novolit e Flexolit, de São Paulo (SP). Em sua opinião, "não há razão para essa anistia". Hahne considera que, "quem tomou empréstimo naquela ocasião, assumiu um risco. Se assumiu e não se saiu bem é um problema do empresário".

"Vamos cortar o crédito rural"

por Jorge Freitas do Rio

"O governo não vai ficar passivo. Vamos cortar gastos. Estamos examinando medidas que podem resultar em aumento de impostos, aumento do endividamento e a criação de um empréstimo compulsório." Foi o que declarou ontem à noite, na sala VIP do aeroporto internacional do Rio, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, esclarecendo que essas medidas estão sendo examinadas em consequência da aprovação pela

Constituinte da anistia para micro, pequenos e médios empresários, que se envidaram durante o Plano Cruzado. O ministro assegurou que os recursos de custeio e investimentos para o setor rural já estão cortados e que está sendo examinada a possibilidade de edição de um decreto suspendendo liberação de recursos para gastos do governo.

Para o senador Roberto Campos (PDS-MT), ex-ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, a emenda original sem a restrição significaria retrocesso à marca zero no combate à inflação perseguida pelo ministro Mailson da Nóbrega. Sobre a existência da emenda, Campos ironizou: "Primeiro aprovamos o 'habeas corpus' depois introduzimos o 'habeas data', agora instituímos o 'habeas debitum'."

com a aprovação da restrição, reagiram imediatamente. O deputado Humberto Souto (PFL-MG), que encaminhou a votação da tribuna, disse ao deputado do PCB que iria derrubar suas restrições via supressão no segundo turno. "Não adianta cantar vitória, vamos derrubar isto no segundo turno", disse indignado. Souto reconhecia que a aditiva de Freire "limitaria muito a abrangência da emenda".

Roberto Freire beneficia os produtos mais sofisticados em detrimento das culturas de extensão", argumentou Mansueto. Ele entendeu que os produtores de camarão, por exemplo, que produzem em áreas restritas, mas têm alta rentabilidade, serão atendidos, enquanto os plantadores de feijão e milho ficam excluídos.

Constituinte. Para Lourenço, esta restrição foi pior para os produtores rurais do que as tentativas de acordo propostas pelo governo. "Agora, o impacto não chegará a 100 bilhões de cruzados", garantiu Lourenço no calor do plenário.

maior emissão de moeda, comentou Raul Calfat, diretor-presidente da Indústria de Papel São S.A. De acordo com ele o governo poderá ter mecanismos limitadores do impacto da anistia sobre a economia brasileira, que teria de conviver com uma inflação fortemente ascendente.

Para Nahid Chicani, vice-presidente da General Electric do Brasil S.A., ainda "é difícil calcular o valor exato" de recursos que o governo irá necessitar. Mesmo sem se contar ainda com um montante exato desses recursos, "acredito que deverá ter um reflexo negativo na economia porque o governo provavelmente vai ter de emitir moeda ou aumentar impostos, ou as duas coisas".

Para economista, "foi um desastre para o País"

por David Friedlander de São Paulo

"O governo não vai mais conseguir conter o déficit público neste ano em 4% do Produto Interno Bruto (PIB)", disse ontem o economista Roberto Macedo, diretor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, sobre a aprovação da anistia à correção monetária dos débitos contraídos por pequenos e médios empresários rurais e urbanos, durante o Plano Cruzado.

ção os parlamentares tivessem "um sopro de racionalidade" e acabassem rejeitando a anistia. "Eles estão aprovando coisas que não sabem quanto vão custar", criticou Macedo. "Foi um desastre para o País, para a distribuição de renda e para a política do Mailson."
Quanto aos limites impostos, o economista afirmou que o montante do crédito contraído ou o tamanho da propriedade rural não é indicativo da capacidade de renda dos mutuários.

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

Table with 4 columns: Name, Party, Vote (Sim/Abst/Não), and another Name, Party, Vote. Lists names of constituents and their voting preferences on the anistia measure.

Agenda

Sessão de ontem
• APROVADOS — Foram aprovados dispositivos sobre os seguintes temas: Previdência Social, anexação do território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco, criação do Estado do Tocantins, estabilidade para os servidores públicos estaduais, municipais e federais, prazo de três anos para que sejam resolvidas todas as questões de delimitação de fronteiras entre estados e municípios, anistia de dívidas, aplicação de correção monetária para as dívidas de instituições financeiras com o BC e o

BNH, entre outros tópicos.
• REJEITADOS — Foram rejeitados dispositivos que instituíam pena de morte, moratória para a dívida externa, divisão do Estado do Rio de Janeiro entre Rio e Guanabara e legalização dos cassinos e do jogo do bicho.
Sessão de hoje
• VOTAÇÕES — Para terminar a votação do primeiro turno da Constituinte faltam apenas dez emendas, que serão objeto da sessão marcada para a manhã de hoje, pelo presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães.